

OPINIÃO

Saúde-Trabalho-Ambiente-Direitos Humanos & Movimentos Sindical e Sociais

04-01-2022

A NEGAÇÃO DA NEGAÇÃO: POR UM TURISMO QUE NÃO NEGUE AS RESISTÊNCIAS!

Thiago Sebastiano de Melo

[Docente no CET - Universidade de Brasília.
Membro da Coordenação Executiva do Comitê Goiano
de Direitos Humanos Dom Tomás Balduíno]

Um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas. [...] O grupo étnico é, portanto, um fenômeno cultural, mesmo sendo baseado originalmente numa percepção comum e numa experiência de circunstâncias materiais desfavoráveis (Cashmore, 2000, p.196-7)¹

O Atlas da Violência de 2021², elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas – IPEA, não deixa margem para dúvidas: o Brasil segue à luz dos anos de escravização da população negra e indígena.

Não há recanto tranquilo onde possamos deitar à sombra da paz e da dignidade. Foram assassinados 2.074 indígenas entre 2009 e 2019; a mortalidade dessa população no período aumentou 21,6%.

A juventude negra viu ceifadas 333.330 vidas, o que representa 53% dos assassinatos neste intervalo – um verdadeiro genocídio.

A chance de um negro morrer é de 2,6 vezes maior que de um não negro. Enquanto o número de mortes de não negros diminuiu 33%, a de negros cresceu 1,6%. Estes e outros dados disponíveis no Atlas evidenciam como a diversidade existencial no Brasil está em xeque.

Sua vida corre risco se você tem uma sexualidade, um gênero, uma idade, uma condição físico-cognitiva, uma pele, ou mesmo mora em uma localidade que não a hegemônica; esta tida como parâmetro do acesso à dignidade. E isso se aprofunda com o golpe de 2016 e a eleição baseada em mentiras e crimes de 2018.

Mas estas populações, agora como historicamente, não aceitam amedrontadas tais condições. Seguem impávidas! Negam a negação de direitos fundamentais e do direito à vida. Seja organizadas em movimentos/coletivos, seja no dia a dia que possibilita o crescimento e desenvolvimento do país, estas populações resistem e exigem dignidade, desenhandos artes existenciais, modos criativos de lidar com as condições adversas. Uma das trilhas que se abrem nessa reorganização produtiva do capitalismo contemporâneo é o turismo.

Forjadas nas contradições, que muitas vezes impõem restrições/privações e exigem inovações, as culturas destas populações são extremamente ricas. Das suas moradias às suas culinárias, passando por sua farmacologia, sua estética, suas danças, suas lutas, seus instrumentos, seus veículos, ou seja, seus saberes e fazeres, há um interesse turístico crescente por estes modos de vida.

Esse tipo de experiência turística tem sido denominada de turismo étnico. Nas palavras do Ministério do Turismo³:

“constitui-se de atividades turísticas envolvendo a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos”.

A reportagem da assessoria de comunicação do MTur, que ensejou este texto e foi divulgada em seu site, não problematiza sobre as condições concretas nas quais foram instauradas e, em grande medida, permanecem alicerçadas estas realidades.

Antes, faz parecer que tudo é tão e simplesmente “atrativo turístico”.

Não é mencionada a potencialidade de políticas públicas de turismo comporem ações que fortaleçam a autodeterminação territorial destas comunidades. Não se fala dos desafios destas comunidades, notadamente quilombolas e indígenas, de sobreviverem à falta de apoio do atual governo, ou de como o desmonte de aparelhos de Estado, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Fundação Palmares, compromete as parcas iniciativas para lhes assegurar direitos fundamentais. A herança escravagista é mencionada como legado possível de ser turificado sem que se atribua ao seu papel histórico as atuais condições de descartabilidade de determinadas existências/modos de vida. Assim, o Porto Maravilha, na cidade do Rio de Janeiro, deixa de ser um projeto de reinvestimento que alimenta o capitalismo financeirizado, para o qual o turismo empresta importante papel, e passa a ser um atrativo turístico, como se não fosse ele mesmo manifestação das dinâmicas de exclusão de moradores locais – estes moradores que compõem os grupos étnicos que se aventura turistificar. Não se trata de deslegitimar que o turismo componha as táticas de reprodução social deste ou daquele grupo. Trata-se de observar que a reportagem nega a resistência destas comunidades aos imperativos capitalistas que, por sua vez, negam seu direito de existir.

Infelizmente os episódios que atestam que as comunidades não se encontram à sombra da paz são regulares.

A chacina do Salgueiro (São Gonçalo, RJ, 20-22/12/21), a negação à indenização por parte do médico em cuja propriedade foi resgatado um senhor negro, as famílias desalojadas pelo embate com as diferentes expressões do capital. Obviamente que a assessoria de imprensa, bem como o próprio MTur (ainda que seja uma estrutura de Estado e não de governo) está sob a égide do atual governo, cujo descompromisso e abandono com estas populações é amplamente conhecido.

Por isso mesmo precisamos estar atentos e fortes. Ceder nas palavras, como diria Freud, é o primeiro passo antes de ceder na coisa/ação.

Há experiências turísticas vinculadas aos grupos étnicos encantadoras Brasil afora. Urge conectá-las ao cenário mais amplo, para que uma ou outra realidade não seja vendida como promissora experiência turística e prova inconteste das condições destas comunidades viverem bem enquanto o Estado (e governos) segue não garantindo, de fato, sequer esse direito primevo. ■■■

Notas:

¹CASHMORE, E. Dicionário de relações étnicas e raciais. Trad. Dinah Kleve. São Paulo: Summus, 2000. (Selos Negro).

²<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>

³<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/conheca-empresas-e-entidades-que-ofertam-turismo-de-experiencia-etnico-afro-no-brasil?fbclid=IwAR0bMFYwBTrn0ZvAVr1PDmfe0TpMUX1Q6SVUF-UPVu-CFM9xvidsUpEsU4A>

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.